

Manoel Jorge e Silva Neto

Curso de **DIREITO**
CONSTITUCIONAL

10ª edição

ATUALIZADO ATÉ A EMENDA
CONSTITUCIONAL Nº109, DE
15 DE MARÇO DE 2021

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright ● 2021 by Manoel Jorge e Silva Neto

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S586c

Silva Neto, Manoel Jorge e

Curso de direito constitucional : Atualizado até a EC n. 109, de 15 de
março de 2021 / Manoel Jorge e Silva Neto. – 10. ed. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2021.

1292 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 1163-1191.

Possui índice remissivo, índice onomástico, índice numérico-remis-
sivo.

Possui súmulas vinculantes.

ISBN 978-65-5510-589-6

1. Direito constitucional. 2. Direito constitucional – Filosofia. 3. Esta-
do. 4. Orçamento público. 5. Direitos e garantias fundamentais. I. Título.

CDD 342

Sumário

Agradecimentos	IX
Abreviaturas	XLIX
Nota à Primeira Edição	1
Nota à Segunda Edição	3
Nota à Terceira Edição	5
Nota à Quarta Edição	7
Nota à Quinta Edição	9
Nota à Sexta Edição	11
Nota à Sétima Edição	13
Nota à Oitava Edição	15
Nota à Nona Edição	17
Nota à Décima Edição	19

PARTE I

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1 Teoria da Constituição e o Direito Constitucional	23
1.1 Justificativa para uma Teoria da Constituição	23
1.2 Conteúdo da Teoria da Constituição	24
1.3 Problemas da Teoria da Constituição	25
1.4 O Direito Constitucional	27
1.4.1 Espécies	27
1.4.1.1 Direito constitucional especial, positivo ou particular.....	28
1.4.1.2 Direito constitucional comparado.....	28
1.4.1.3 Direito constitucional geral.....	28

2 Poder Constituinte	31
2.1 Introdução	31
2.2 Legitimidade do Poder Constituinte	31
2.3 A Formulação Teórica de Sieyès.....	34
2.4 Conceito, Natureza, Caracteres, Titularidade e Exercício do Poder Constituinte	37
2.4.1 Conceito de poder constituinte.....	37
2.4.2 Poder constituinte: poder de fato ou de direito?	37
2.4.3 O pensamento de Georges Burdeau e os caracteres do poder constituinte: inicialidade, autonomia e incondicionalidade	38
2.4.4 Poder constituinte e constituições costumeiras	39
2.4.5 Titularidade e exercício do poder constituinte.....	39
2.5 Espécies de Poder Constituinte	40
2.5.1 Poder constituinte originário e derivado. Poder constituinte decorrente	40
2.5.1.1 Poder constituinte derivado e poder constituinte decorrente: expressões equívocas?	42
2.5.2 Poder constituinte material e formal	45
2.5.3 Nossa opção: poder constituinte inato e adquirido	46
2.6 Limitações ao Poder de Reforma.....	47
2.6.1 Limitações processuais.....	47
2.6.2 Limitações circunstanciais	48
2.6.3 Limitações materiais explícitas e implícitas.....	48
2.6.4 Limitações temporais	49
2.6.5 Análise da Possibilidade de Nova Revisão Constitucional.....	50
2.7 Mutação Constitucional	51
2.7.1 Conceito	51
2.7.2 Divergência terminológica na doutrina	53
2.7.3 Caracteres da mutação constitucional	53

2.7.4 As constituições flexíveis podem sofrer mutação constitucional?	54
2.7.5 Inércia legislativa e mutação inconstitucional. Constitucionalismo abusivo e mutação constitucional	54
2.7.6 Competência absoluta e mutação constitucional.....	55
3 Constituição.....	57
3.1 Conceito	57
3.2 Grafia da Palavra “Constituição”	58
3.3 Concepções sobre as Constituições	58
3.3.1 A acepção sociológica de constituição	58
3.3.2 O sentido político de Carl Schmitt	60
3.3.3 A concepção jurídica de Hans Kelsen	61
3.3.4 A concepção de constituição total	63
3.4 Classificação das Constituições.....	64
3.4.1 Fundamento para a classificação das constituições	64
3.4.2 A classificação das constituições no direito constitucional estrangeiro.....	65
3.4.3 A classificação das constituições na doutrina brasileira	68
3.4.3.1 Quanto ao conteúdo: materiais e formais	69
3.4.3.2 Quanto à forma: escritas e não escritas.....	69
3.4.3.3 Quanto à origem: populares e outorgadas	69
3.4.3.4 Quanto à estabilidade: rígidas, super-rígidas, flexíveis e semirrígidas	69
3.4.3.5 Quanto ao modo de elaboração: dogmáticas e históricas.....	70
3.4.3.6 Quanto à ideologia: ortodoxas e ecléticas	70
3.4.3.7 Quanto à extensão: sintéticas e analíticas	70
3.4.3.8 Síntese conclusiva sobre a classificação da Constituição de 1988	71
3.5 Objeto e Conteúdo das Constituições	71
3.6 Elementos das Constituições	72
3.7 Estrutura das Constituições	73

4 História do Constitucionalismo	75
4.1 Justificativa do Capítulo	75
4.2 O Surgimento e Evolução do Constitucionalismo	75
4.3 O Constitucionalismo Clássico, a Revolução Francesa e a Independência Americana.....	77
4.3.1 O constitucionalismo clássico e a racionalização do poder	81
4.4 A Derrocada do Constitucionalismo Clássico e o Surgimento do Constitucionalismo Social.....	82
4.5 Conceito e Classificação dos Direitos Sociais.....	83
4.6 Fundamentos do Constitucionalismo Social.....	84
4.7 Importância do Constitucionalismo Social.....	90
4.8 Evolução.....	92
4.8.1 As constituições liberais dos séculos XVIII e XIX.....	92
4.8.2 As constituições do século XX.....	94
4.8.2.1 A Constituição do México de 1917	94
4.8.2.2 A Constituição de Weimar	95
4.8.2.3 A Constituição da Itália de 1947	97
4.9 A Constituição Europeia de 2003: Constituição sem Estado?	98
4.10 Neoconstitucionalismo	100
4.10.1 Panconstitucionalismo	100
4.11 Transconstitucionalismo	100
4.12 Metaconstitucionalismo	100
4.13 Constitucionalismo Abusivo.....	101
4.14 Constitucionalismo Digital.....	101
5 Histórico das Constituições Brasileiras.....	103
5.1 Razão de Tratamento Específico do Tema	103
5.2 A Constituição Imperial de 1824.....	103
5.3 A Constituição Republicana de 1891	108
5.4 A Constituição de 1934.....	110
5.5 A Constituição de 1937	113

5.6 A Constituição de 1946.....	115
5.7 A Constituição de 1967	117
5.8 A Constituição de 1969	120
5.9 Constitucionalismo Social no Brasil.....	121
5.10 O Constitucionalismo Brasileiro Tardio	126
6 Interpretação da Norma Constitucional.....	129
6.1 Introdução	129
6.2 Interpretação como Ato Humano	132
6.3 Interpretação, Hermenêutica e Integração	133
6.4 Limites à Interpretação	134
6.5 A Tese da Única Interpretação Correta	135
6.6 Processos Clássicos de Interpretação da Norma.....	137
6.6.1 Processo gramatical.....	137
6.6.2 Processo lógico	139
6.6.3 Processo sistemático	140
6.6.4 Processo histórico-evolutivo	141
6.7 Crítica aos Processos Tradicionais	143
6.8 Caracteres da Linguagem Constitucional.....	144
6.9 Técnicas de Interpretação Constitucional.....	144
6.9.1 Interpretação constitucional em sistema de <i>commom law</i>	147
6.9.2 Neoconstitucionalismo e técnicas de interpretação constitucional.....	148
6.9.2.1 O método tópico e a interpretação constitucional (Viehweg)	151
6.9.2.2 A técnica hermenêutico-concretizadora (Hesse).....	155
6.9.2.3 A técnica concretista de constituição aberta (Häberle).....	156
6.9.2.3.1 A interpretação constitucional e o pensamento possibilista de Häberle	158
6.9.2.4 A técnica científico-espiritual (Smend)	159
6.9.2.5 A semiologia e a interpretação constitucional.....	159

6.9.2.6 A técnica de ponderação de interesses.....	162
6.10 A Interpretação Constitucional e a Teoria dos Princípios	165
6.10.1 O princípio da unidade.....	169
6.10.2 O princípio da concordância prática.....	171
6.10.3 O princípio do efeito integrador	173
6.10.4 O princípio da correção funcional.....	173
6.10.5 O princípio da interpretação conforme a constituição	175
6.10.5.1 Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto. Distinção da interpretação conforme	177
6.10.6 O princípio da coloquialidade	178
6.10.7 O princípio da máxima efetividade	179
6.10.8 O princípio da proporcionalidade	180
6.10.9 O Princípio da Correspondência Jusfundamental	184
6.11 Transconstitucionalismo e a Interpretação Constitucional	186
7 Aplicabilidade das Normas Constitucionais.....	189
7.1 Justificativa do Capítulo. Constituição em Sentido Material e Formal	189
7.1.1 Distinção necessária entre eficácia, aplicabilidade, validade, vigência, vigor e existência	190
7.1.2 A vigência, a eficácia e a retroação da norma constitucional.....	200
7.2 A Nova Ordem Constitucional em Face das Normas Anteriores: Recepção, Revogação, Repristinação e Desconstitucionalização	201
7.2.1 Recepção. O princípio da continuidade da ordem jurídica.....	201
7.2.2 Revogação	202
7.2.3 Repristinação. Repristinação imprópria	202
7.2.4 Desconstitucionalização.....	205
7.3 Evolução Teórica da Eficácia Constitucional.....	205
7.3.1 A eficácia na moderna doutrina constitucional	211
7.3.1.1 A doutrina brasileira e a moderna teoria da eficácia constitucional.....	215

7.4 Efeitos das Normas Constitucionais Programáticas.....	224
7.4.1 O direito fundamental ao mínimo existencial.....	227
7.5 Eficácia do Preâmbulo.....	230
7.6 Normas Constitucionais com Eficácia Jurídica Absoluta ou Supereficazes	232
7.6.1 A supereficácia das normas constitucionais de direito social	233
7.7 Norma Constitucional com Eficácia Plena.....	234
7.8 Norma Constitucional com Eficácia Relativa Restringível.....	235
7.9 Norma Constitucional com Eficácia Relativa Complementável	238
7.10 A Constitucionalização Simbólica.....	238
7.10.1 Constitucionalização simbólica, autopoiese e alopoiese.....	240
8 Controle de Constitucionalidade	241
8.1 Supremacia da Constituição.....	241
8.2 Tipos de Inconstitucionalidade	242
8.2.1 Inconstitucionalidade material, formal e orgânica. A inconstitucionalidade chapada.....	242
8.2.2 Inconstitucionalidade imediata e derivada.....	244
8.2.3 Inconstitucionalidade parcial e total.....	245
8.2.4 Inconstitucionalidade comissiva e omissiva	246
8.2.5 Inconstitucionalidade originária e superveniente	247
8.3 Momentos para a Efetivação do Controle de Constitucionalidade	248
8.4 Sistemas de Controle Repressivo das Normas Inconstitucionais	250
8.4.1 Controle político	250
8.4.2 Controle judicial (<i>judicial review</i>)	251
8.4.3 Controle misto.....	252
8.4.4 Exceções ao controle repressivo judicial no Brasil	252
8.5 O Controle de Constitucionalidade no Direito Estrangeiro	253
8.5.1 O sistema americano (controle concreto-difuso)	253
8.5.2 O sistema austríaco (controle concentrado-abstrato)	254

8.5.3 O controle de constitucionalidade na Suíça	255
8.5.4 O controle de constitucionalidade na Alemanha	255
8.5.5 O controle de constitucionalidade na Itália	255
8.6 História do Controle de Constitucionalidade no Brasil	256
8.7 Modos de Exercício do Controle Jurisdicional no Brasil.....	259
8.7.1 O controle concreto-difuso	260
8.7.2 O controle abstrato-concentrado	261
8.7.2.1 A fiscalização abstrata-concentrada da constitucionalidade no Brasil.....	263
8.7.2.1.1 Ação direta de inconstitucionalidade. Legitimidade. Objeto.....	263
8.7.2.1.1.1. O procedimento na ação direta de inconstitucionalidade.....	273
8.7.2.1.1.1.1 Petição inicial na ação direta. Instrumento de mandato. Aditamento. Necessidade de impugnação específica da lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo autor	273
8.7.2.1.1.1.2 O princípio da indisponibilidade da instância	275
8.7.2.1.1.1.3 Prazo para informações	276
8.7.2.1.1.1.4 A figura do <i>amicus curiae</i>	276
8.7.2.1.1.1.5 Requisição quanto a informações adicionais	281
8.7.2.1.1.1.6 Medida cautelar. Quorum para apreciação. Possibilidade de desistência. Medida cautelar em ADC	281
8.7.2.1.1.1.7 Decisão na ADIn e na ADC. Quorum regimental.....	282
8.7.2.1.1.1.8 Irrecorribilidade da decisão.....	282
8.7.2.1.1.1.9 Modulação temporal da eficácia da decisão na ADIn	283
8.7.2.1.1.1.10 O princípio da interpretação conforme a constituição. Distinção da declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto	283

8.7.2.1.1.1.11 Descumprimento da decisão do STF	284
8.7.2.1.1.1.12 Reclamação constitucional e súmula não vinculante. Não cabimento	285
8.7.2.1.1.1.13 Ação direta e o princípio da parcelaridade	285
8.7.2.1.2 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	286
8.7.2.1.2.1 Distinção entre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção	289
8.7.2.1.2.2 O procedimento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e a sua disciplina pela Lei n. 12.063/2009	290
8.7.2.1.3 Ação declaratória de constitucionalidade	292
8.7.2.1.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental	294
8.7.2.1.4.1 Órgão competente para apreciação. Possibilidade de ADPF estadual.....	294
8.7.2.1.4.2 Espécies de ADPF	295
8.7.2.1.4.3 Significado de “preceito fundamental”	296
8.7.2.1.4.4 Controle concentrado de norma municipal e o “silêncio eloquente” do art. 102, I, a, da CF	297
8.7.2.1.4.5 O caráter ambivalente da ADPF	298
8.7.2.1.4.6 ADPF e o princípio da subsidiariedade	298
8.7.2.1.4.7 Quorum para julgamento	300
8.7.2.1.4.8 ADPF, eficácia contra todos e efeito vinculante	300
8.7.2.1.4.9 Modulação temporal da eficácia da decisão na ADPF	300
8.7.2.1.4.10 Legitimidade para a ADPF.....	301
8.7.3 Parâmetro de controle de constitucionalidade no Brasil.....	302
8.8 A Participação do Senado no Controle de Constitucionalidade	302
8.8.1 O procedimento torna “misto” o sistema de controle brasileiro?	303

8.8.2 A atribuição do Senado é exercitável no controle concreto-difuso ou no abstrato-concentrado?	303
8.8.3 Declarada a inconstitucionalidade pelo STF, encontra-se a Casa Legislativa obrigada à suspensão da lei?	304
8.8.4 A decisão que suspende a execução da norma é retroativa?	305
8.8.5 Quem pode comunicar ao Senado a respeito da decisão do STF?	306
8.8.6 Qual a amplitude do pronunciamento legislativo?	307
8.8.7 É passível de revogação pelo próprio Senado o ato suspensivo expedido?	307
8.8.8 Qual o significado de “lei” no art. 52, X?	307
8.8.9 Leis estaduais e municipais também podem ter a execução suspensa pelo Senado?	308
8.9 Distinção entre Eficácia <i>Erga Omnes</i> e Efeito Vinculante	308
8.9.1 Destinatários do efeito vinculante	311
8.9.2 Limite temporal do efeito vinculante	313
8.9.3 A “abstratização” do controle concreto-difuso e a eficácia <i>erga omnes</i>	314
8.10 O Controle de Constitucionalidade e Princípio da Simetria.....	317
8.11 Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade.....	324
8.11.1 O art. 27 da Lei n. 9.868/99 e sua aplicabilidade ao controle concreto-difuso	326
8.11.2 Efeitos da declaração de constitucionalidade.....	328
8.12 O Poder Executivo e as Leis Inconstitucionais.....	328
8.13 Coisa Julgada e Controle de Constitucionalidade.....	330
8.14 Controle de Constitucionalidade e Normas Revogadas.....	334
8.15 Controle de Constitucionalidade, Procedimentalismo e Substancialismo	335
8.16 Controle de Constitucionalidade e Caráter Contramajoritário da Jurisdição Constitucional	337
8.17. Estado de Coisas Inconstitucional.....	338

PARTE II
 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.
 PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.
 FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

9 Princípios Fundamentais.....	343
9.1 Justificativa do Capítulo.....	343
9.2 Os Princípios Fundamentais Como Normas Jurídicas.....	344
9.2.1 Os Princípios Fundamentais em espécie. República, Federação e Estado Democrático de Direito	344
9.2.1.1 Princípio republicano	345
9.2.1.2 Princípio federativo	347
9.2.1.3 Estado Democrático de Direito.....	353
9.2.2 Os fundamentos do Estado brasileiro.....	355
9.2.2.1 A soberania.....	355
9.2.2.2 A cidadania. Sentido amplo e estrito.....	360
9.2.2.3 A dignidade da pessoa humana.....	362
9.2.2.4 Os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	365
9.2.2.5 O pluralismo político.....	366
9.2.3 O parágrafo único do art. 1º da Constituição.....	368
9.2.4 O art. 2º da Constituição e a tripartição das funções estatais.....	369
9.2.5 Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º).....	372
9.2.5.1 Sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, da CF).....	373
9.2.5.2 Garantir o desenvolvimento nacional (art. 3º, II, da CF)	374
9.2.5.3 Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, da CF).....	375
9.2.6 O art. 4º e as relações internacionais.....	376
9.2.6.1 Independência nacional (art. 4º, I, da CF).....	377
9.2.6.2 Prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II, da CF).....	378

9.2.6.3 Autodeterminação dos povos e não intervenção (art. 4º, III e IV, da CF)	378
9.2.6.4 Igualdade entre os Estados (art. 4º, V, da CF)	379
9.2.6.4.1 Igualdade entre os Estados e o princípio da reciprocidade.....	380
9.2.6.4.2 Igualdade entre os Estados e a existência de microestados	381
9.2.6.4.3 Igualdade entre os Estados e imunidade de jurisdição	381
9.2.6.5 Defesa da paz (art. 4º, VI, da CF)	383
9.2.6.6 Solução pacífica dos conflitos (art. 4º, VII, da CF)	383
9.2.6.7 Repúdio ao terrorismo e ao racismo (art. 4º, VIII, da CF)	384
9.2.6.8 A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX, da CF)	384
9.2.6.9 Concessão de asilo político (art. 4º, X, da CF)	385
9.2.6.10 A redação do parágrafo único do art. 4º da Constituição	386
10 Organização do Estado Brasileiro	387
10.1 Considerações Iniciais sobre a Forma Federativa de Estado.....	387
10.1.1 Natureza jurídica do Estado federal.....	388
10.1.1.1 Teoria da Divisão da Soberania ou da Dupla Soberania.....	388
10.1.1.2 Teoria do Direito dos Estados-Membros	389
10.1.1.3 Teoria da Participação dos Estados-Membros na Formação da Vontade do Estado Federal ou Teoria do Estado Unitário Qualificado.....	390
10.1.1.4 Opinião	390
10.1.2 Federalismo e Federação	391
10.2 O Art. 18 da Constituição e a Organização do Estado Brasileiro	391
10.3 Os Territórios na Constituição de 1988.....	394
10.4 O Distrito Federal	395

10.4.1 Natureza jurídica do Distrito Federal. A questão da autonomia distrital	396
10.4.2 Organização do Distrito Federal	397
10.5 Os Municípios	398
10.5.1 A lei orgânica municipal	399
10.5.2 A controvérsia sobre a inclusão dos Municípios na Federação brasileira	402
10.5.3 Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.....	404
10.5.4 Competências dos Municípios	407
10.5.5 Fiscalização do Município	409
10.6 As Vedações Impostas aos Entes da Federação Brasileira	410
10.6.1 Os documentos públicos e o art. 19, II	410
10.6.2 O art. 19, III, e o princípio da isonomia entre brasileiros	411
10.7 Os Estados na Federação Brasileira.....	412
10.7.1 Bens dos Estados.....	415
10.7.2 Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário dos Estados-Membros.....	416
10.8 A União na Federação Brasileira	419
10.8.1 Bens da União	420
11 Competências na Federação Brasileira	423
11.1 Introdução.....	423
11.2 A Teoria dos Poderes Implícitos.....	423
11.3 A Teoria da Predominância do Interesse	426
11.4 As Competências em Espécie.....	428
11.4.1 Competências exclusivas	428
11.4.2 Competências privativas	431
11.4.2.1 Requisitos à delegação da competência privativa.....	436
11.4.3 Competências comuns.....	440
11.4.4 Competências concorrentes.....	443
11.4.4.1 A competência suplementar	448

13.3	Presidencialismo e Parlamentarismo. Caracteres.....	475
14	Poder Legislativo.....	479
14.1	O Poder Legislativo. Bicameralismo Federativo. Funcionamento do Congresso Nacional	479
14.2	Organização	482
14.2.1	As comissões.....	482
14.2.1.1	Comissões temporárias	483
14.2.1.2	Comissões permanentes	483
14.2.1.3	Comissões representativas.....	484
14.2.1.4	Comissões mistas.....	484
14.2.1.5	Comissões e dispensa de exame de projeto de lei pelo plenário	485
14.2.3	As Comissões Parlamentares de Inquérito	486
14.2.3.1	As Comissões Parlamentares de Inquérito no direito constitucional estrangeiro	486
14.2.3.2	As Comissões Parlamentares de Inquérito na Constituição brasileira de 1988	488
14.2.3.2.1	Pressupostos constitucionais à criação de CPI	488
14.2.3.2.1.1	Requerimento de um terço dos membros da Casa Legislativa	488
14.2.3.2.1.2	Fato determinado.....	489
14.2.3.2.1.3	Prazo certo.....	489
14.2.3.2.1.4	CPI e o art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.....	490
14.2.3.2.2	CPI e a expressão “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”	491
14.2.3.2.3	CPI e medidas cautelares	492
14.2.3.2.4	CPI e proibição de autoincriminação.....	493
14.2.3.2.5	CPI e prisão de indiciado.....	494
14.2.3.2.6	CPI e quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico. O princípio da colegialidade	494

14.2.3.2.7 CPI e liberdade de informação jornalística. Televisamento de sessão de CPI.....	497
14.2.3.2.8 CPI e convocação de magistrados	499
14.2.3.2.9 CPI e reclamação constitucional.....	499
14.2.3.2.10 CPI e ilegitimidade passiva de Mesa do Senado e da Câmara dos Deputados.....	500
14.2.3.2.11 CPI, imunidade material e depoimento de parlamentar	500
14.3 Atribuições e Competências Exclusivas do Congresso Nacional	501
14.4 A Câmara dos Deputados.....	503
14.4.1 Competências da Câmara dos Deputados.....	503
14.4.1.1 Juízo de admissibilidade do processo de impeachment	504
14.4.1.2 Tomada de contas do Presidente da República	507
14.4.1.3 Elaboração do regimento interno.....	507
14.4.1.4 Competências de natureza administrativa.....	508
14.4.1.5 Eleição dos membros do Conselho da República.....	508
14.5 O Art. 50 da Constituição e a Fiscalização do Poder Executivo.....	508
14.6 O Senado	510
14.6.1 Competências do Senado	510
14.6.1.1 Julgar o Presidente da República.....	511
14.6.1.2 Aprovar a escolha de autoridades federais	512
14.6.1.3 Escolher chefes de missões diplomáticas permanentes.....	512
14.6.1.4 Autorizar a realização de operações externas de caráter financeiro	513
14.6.1.5 Fixação dos limites globais para o montante da dívida consolidada.....	513
14.6.1.6 A resolução coparticipativa	514
14.6.1.7 Aprovação de destituição do Procurador-Geral da República.....	514
14.7 Prerrogativas Parlamentares.....	514
14.7.1 Justificativa	514

14.7.2 Espécies de prerrogativas.....	515
14.7.2.1 Imunidade material ou inviolabilidade.....	515
14.7.2.2 Imunidade formal ou processual condicionada	518
14.7.2.3 Privilégio de foro.....	522
14.7.2.4 Parlamentares e dever de testemunhar	524
14.7.2.5 Isenção do serviço militar.....	525
14.8 Vedações Parlamentares. As Incompatibilidades	525
14.9 Perda do Mandato Parlamentar.....	527
14.9.1 O princípio da unidade de legislatura e a perda do mandato.....	529
14.10 Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. O Tribunal de Contas da União. Composição.....	531
14.10.1 Competência do Tribunal de Contas da União.....	532
14.10.2 O Sistema de controle interno	534
14.10.3 Tribunais de Contas estaduais e municipais	535
15 O Processo Legislativo.....	537
15.1 O Processo Legislativo. Conceito e Natureza Jurídica	537
15.2 O Art. 59 da Constituição e a Hierarquia das Espécies Normativas.....	538
15.3 Espécies de Processo Legislativo	540
15.4 O Rito no Processo Legislativo Ordinário	541
15.4.1 A iniciativa: reservada ou exclusiva e concorrente	541
15.4.1.1 Iniciativa reservada e incentivos fiscais	543
15.4.2 Discussão e votação.....	544
15.4.3 Revisão: aprovação, emendas e rejeição.....	544
15.4.3.1 Aprovação	545
15.4.3.2 Emendas.....	545
15.4.3.2.1 Espécies de emendas.....	545
15.4.3.3. Rejeição	546
15.4.4 A intervenção presidencial no processo legislativo brasileiro. A sanção.....	546

15.4.4.1 O defeito de iniciativa e a teoria da convalidação condicionada.....	547
15.4.4.2 O veto	548
15.4.5 Promulgação e publicação	551
15.5 O Rito no Processo Legislativo Especial	551
15.6 O Processo Legislativo e as Leis Delegadas.....	554
15.6.1 Lei delegada: aspectos gerais.....	554
15.6.2 Autoridade competente para elaboração da lei delegada	554
15.6.3 Matérias que não podem ser objeto de lei delegada	554
15.6.4 Espécies de lei delegada	555
15.6.5 Veículo normativo autorizatório de lei delegada	555
15.6.6 Impossibilidade de delegação legislativa perene.....	556
15.7 Os Decretos Legislativos e as Resoluções	556
15.7.1 Natureza dos decretos legislativos.....	556
15.7.2 Procedimento formativo dos decretos legislativos	557
15.7.3 Distinção entre decretos legislativos e decretos-leis.....	557
15.7.4 Campo material e efeitos das resoluções.....	558
15.7.5 Espécies de resoluções.....	558
15.7.6 Procedimento formativo das resoluções	559
15.8 O Processo Legislativo E As Medidas Provisórias.....	559
15.8.1 A edição de medidas provisórias após a EC n. 32/2001.....	563
15.8.1.1 Vedação material às medidas provisórias.....	563
15.8.1.2 Medidas provisórias em matéria tributária.....	565
15.8.1.3 Prazo de vigência das medidas provisórias.....	566
15.8.1.4 Perda de eficácia de medida provisória.....	567
15.8.1.5 Medida provisória modificada por projeto de lei de conversão.....	568
15.8.1.6 Medida provisória e juízo prévio sobre atendimento de pressupostos constitucionais.....	568
15.8.1.7 Medida provisória e travamento da pauta.....	569

15.8.1.8 Medidas provisórias e apreciação pelas Casas do Congresso Nacional	569
15.8.1.9 Consequências da rejeição de medida provisória.....	570
16 Poder Executivo	573
16.1 Introdução	573
16.2 Classificação do Poder Executivo (Maurice Duverger).....	573
16.3 Titular do Poder Executivo no Brasil	574
16.4 Classificação das Atribuições do Presidente da República	574
16.5 Eleição do Presidente da República. Condições de Elegibilidade. Mandato. Prazo para a Posse. Substitutos do Presidente da República. Impedimento/Vacância e o Art. 80 da Constituição	575
16.5.1 Eleição do Presidente da República	575
16.5.2 Condições de elegibilidade	576
16.5.3 Possibilidade de reeleição.....	576
16.5.4 Eleição e o princípio da maioria absoluta.....	576
16.5.5 Morte, desistência ou impedimento legal de candidato	577
16.5.6 Posse do Presidente e do Vice.....	577
16.5.7 Impedimento e vacância nos cargos de Presidente e do Vice e exercício provisório da Presidência da República. Substitutos do Presidente e do Vice-Presidente da República	578
16.5.8 Vacância dos cargos de Presidente e Vice e o tempo de mandato decorrido.....	579
16.6 Responsabilidade do Presidente da República	579
16.6.1 Constituições estaduais e regra mais benéfica quanto à prisão de Governador.....	582
16.7 Amplitude do § 4º do Art. 86.....	583
16.7.1 Foro especial por prerrogativa de função e crimes dolosos contra a vida praticados pelo Presidente da República	585

17 Administração Pública	587
17.1 Introdução. A Função Administrativa.	
Administração Pública Direta e Indireta	587
17.2 Princípios Constitucionais da Administração Pública	589
17.2.1 O princípio da legalidade	590
17.2.2 O Princípio da impessoalidade	592
17.2.2.1 Distinção entre impessoalidade e igualdade.....	595
17.2.3 O princípio da moralidade.....	596
17.2.3.1 Princípio da moralidade e nepotismo	598
17.2.3.1.1 Nepotismo e a Súmula Vinculante 13.....	599
17.2.4 O princípio da publicidade.....	600
17.2.5 O princípio da eficiência.....	602
17.3 Questões Constitucionais sobre os Agentes Públicos	604
17.3.1 Os agentes públicos: agentes políticos, administrativos, honoríficos e delegados.....	605
17.3.1.1 Conceito de agente público	605
17.3.1.2 Espécies de agentes públicos.....	605
17.3.1.2.1 Agentes políticos	605
17.3.1.2.2 Agentes administrativos	606
17.3.1.2.3 Agentes honoríficos	607
17.3.1.2.4 Agentes delegados.....	607
17.3.2 O art. 37, I, e o acesso aos cargos, empregos e funções públicas	608
17.3.3 O art. 37, II, e o concurso público	608
17.3.3.1 Função de confiança e cargo em comissão.....	610
17.3.4 O exame do art. 37, II e IX, e os problemas da contratação de servidores temporários	614
17.3.5 Concurso público: readmissão, reversão e transposição à luz do art. 37, II, da Constituição	616
17.3.5.1 Considerações sobre a transposição do regime celetista para o estatutário	617

17.3.6 O art. 37, II, e o problema dos requisitos fixados em edital.....	619
17.3.7 Greve no serviço público	620
17.3.7.1 O direito de greve no serviço público e o julgamento dos MIs 670 e 712	622
17.3.7.2 Greve no serviço público, negociação coletiva e lei orçamentária	623
17.3.7.3 Greve no serviço público. Competência para julgamento	623
17.3.8 Valor máximo para remunerações e subsídios.....	624
17.3.9 Acumulação de cargos públicos	627
17.3.10 O § 3º, I, do art. 37 e o direito de reclamação	628
17.3.11 O art. 41 e a estabilidade dos servidores públicos.....	629
18 Poder Judiciário	631
18.1 A Função Judicial. Funções Típicas e Atípicas do Poder Judiciário	631
18.2 Organização do Poder Judiciário Brasileiro	632
18.2.1 O STF é corte constitucional?.....	633
18.3 O Art. 93 e a Organização da Magistratura Nacional.....	634
18.4 Juizados Especiais e Justiça de Paz	639
18.5 Autonomia Administrativa e Financeira do Poder Judiciário.....	641
18.6 A Constituição e o Regime de Precatórios.....	642
18.7 Garantias. Vedações Constitucionais Impostas aos Juízes.....	647
18.8 Competências do Supremo Tribunal Federal.....	648
18.8.1 O recurso extraordinário e a repercussão geral das questões constitucionais.....	651
18.9 O Supremo Tribunal Federal e a Súmula Vinculante.....	654
18.9.1 A súmula vinculante após a edição da Lei n. 11.417, de 19 de dezembro de 2006	657
18.9.1.1 Súmula vinculante e reclamação constitucional	661
18.10 O Conselho Nacional de Justiça	665
18.10.1 Atribuições do Conselho Nacional de Justiça	666

18.11 O Superior Tribunal de Justiça.....	670
18.11.1 Competências do Superior Tribunal de Justiça	671
18.12 Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais	673
18.12.1 Competência dos Tribunais Regionais Federais	674
18.12.2 Competência dos juízes federais	674
18.13 Os Tribunais e Juízes do Trabalho	678
18.13.1 Competência da Justiça do Trabalho	679
18.13.1.1 Os dissídios coletivos e a competência da Justiça do Trabalho	687
18.13.2 Os Tribunais Regionais do Trabalho.....	689
18.14 Tribunais e Juízes Eleitorais	689
18.15 Tribunais e Juízes Militares.....	691
18.15.1 Competência da Justiça Militar	692
18.16 Tribunais e Juízes dos Estados	692
18.16.1 Competência da Justiça estadual.....	693
18.16.2 Funcionamento da Justiça estadual	693
18.17 Disciplina Constitucional dos Serviços Notariais e de Registro	694
19 Funções Essenciais à Justiça	695
19.1 O Princípio da Inércia da Jurisdição e as Funções Essenciais à Justiça.....	695
19.2 O Ministério Público.....	696
19.2.1 Princípios institucionais.....	698
19.2.1.1 Unidade	698
19.2.1.2 Indivisibilidade.....	698
19.2.1.3 Independência funcional	699
19.2.1.4 O princípio do promotor natural.....	700
19.2.2 Autonomias funcional, administrativa e financeira do Ministério Público	704

19.2.2.1 Alteração de lei complementar e autonomia do Ministério Público	707
19.2.3 Organização do Ministério Público no Brasil	710
19.2.3.1 Chefia do MPU.....	710
19.2.3.2 Destituição do Procurador-Geral da República.....	710
19.2.3.3 Competência para nomeação do Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	711
19.2.3.4 O Conselho Nacional do Ministério Público	712
19.2.3.4.1 Atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público.....	713
19.2.3.4.2 Funcionamento do Conselho Nacional do Ministério Público	714
19.2.4 Garantias funcionais	715
19.2.4.1 Vitaliciedade.....	715
19.2.4.2 Inamovibilidade.....	716
19.2.4.3 Irredutibilidade de subsídio	717
19.2.5 Vedações.....	717
19.2.6 Funções institucionais.....	719
19.2.6.1 Promoção privativa da ação penal pública.....	719
19.2.6.2 Zelo pelo efetivo respeito aos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública	721
19.2.6.3 Promoção do inquérito civil e da ação civil pública.....	721
19.2.6.4 Promoção da ação de inconstitucionalidade e da representação interventiva.....	723
19.2.6.5 Defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.....	724
19.2.6.6. Expedição de notificações	724
19.2.6.7 Investigação do MP e denúncia anônima	726
19.2.6.8 Controle externo da atividade policial	728
19.2.6.9 Requisição de diligências investigatórias e instauração de inquérito policial	728

19.2.6.10 O art. 129, IX, como norma de fechamento	732
19.2.7 O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	733
19.3 A Advocacia Pública.....	734
19.4 A Advocacia.....	738
19.5 A Defensoria Pública.....	739
19.5.1 A dimensão atual do acesso à Justiça	740
19.5.1.1 Acesso à Justiça e a Defensoria Pública.....	742
19.5.2 Defensoria Pública e legitimidade para ação civil pública.....	743
20 Estado de Defesa e Estado de Sítio	745
20.1 Introdução	745
20.2 Princípios Atinentes ao Estado de Defesa e ao Estado de Sítio.....	745
20.2.1 O princípio da necessidade.....	746
20.2.2 O princípio da temporariedade	746
20.2.3 O princípio da proporcionalidade.....	746
20.3 Pressupostos Materiais à Decretação de Estado de Defesa e de Estado de Sítio.....	747
20.3.1 Pressupostos materiais à decretação de estado de defesa	747
20.3.2 Pressupostos materiais à decretação de estado de sítio	747
20.4 Pressupostos formais à decretação de estado de defesa e estado de sítio	748
20.4.1 Pressupostos formais à decretação de estado de defesa.....	748
20.4.2 Pressupostos formais à decretação de estado de sítio	749
20.5 O Art. 139 e as Restrições aos Direitos Individuais	750
21 Tributação e Orçamento.....	751
21.1 O Sistema Constitucional e as Espécies Tributárias	751
21.2 Competências Constitucionais Tributárias.....	751
21.3 Princípios Constitucionais Tributários	752
21.3.1 O princípio da legalidade estrita	752
21.3.2 O princípio da igualdade tributária.....	753
21.3.3 O princípio da irretroatividade.....	754

21.3.4 O princípio da anterioridade	755
21.3.5 O princípio da imunidade tributária recíproca	756
21.3.6 O princípio da anterioridade nonagesimal.....	756
21.3.7 O princípio da anterioridade nonagesimal genérica	757
21.3.7.1 Traços distintivos entre anterioridade, anterioridade nonagesimal e anterioridade nonagesimal genérica	759
21.3.8 O princípio do não confisco.....	760
21.3.9 O princípio da uniformidade geográfica	762
21.4 Impostos da União.....	762
21.5 Impostos dos Estados e do Distrito Federal.....	763
21.6 Impostos dos Municípios.....	763
21.7 Repartição das Receitas Tributárias.....	763
21.8 Finanças Públicas	766
21.8.1 Normas gerais sobre finanças públicas	767
21.8.2 O sistema constitucional orçamentário	768
21.8.3 Classificação do orçamento público	770
21.8.4 Princípios constitucionais orçamentários	770
21.8.4.1 Princípio da unidade	770
21.8.4.2 Princípio da exclusividade.....	771
21.8.4.3 Princípio da anualidade.....	771
21.8.4.4 Princípio da programação.....	772
21.8.4.5 Princípio da especialização ou da especificação	772
21.8.4.6 Princípio da universalidade	772
21.8.4.7 Princípio da transparência orçamentária.....	772
21.8.4.8 Princípio da não afetação das receitas.....	773
21.8.5 Vedações orçamentárias.....	773
21.8.6 Desvinculação das Receitas da União (DRU)	777
21.8.7. O Novo Regime Fiscal (“PEC do Teto de Gastos”)	778
21.8.8. A EC nº 105/2019 e a Responsabilidade Parlamentar	779
21.8.9 A EC nº 109, de 15/03/2021 e a Pandemia da COVID-19.....	780

PARTE III
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.
ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA. ORDEM SOCIAL

22 Teoria dos Direitos Fundamentais.....	787
22.1 Justificativa do Capítulo	787
22.2 Opção pela Expressão “Direitos Fundamentais”	787
22.2.1 Direitos fundamentais e direitos humanos	787
22.2.2 Direitos fundamentais e liberdades públicas.....	792
22.2.3 Direitos fundamentais e direitos individuais	792
22.2.4 Direitos fundamentais e direitos públicos subjetivos	793
22.2.5 Significado da expressão “direitos e garantias fundamentais”	793
22.3 A Teoria dos Quatro <i>Status</i> dos Direitos Fundamentais (Jellinek)	794
22.4 Dimensões Subjetiva e Objetiva dos Direitos Fundamentais.....	795
22.5 Evolução Histórica. As Gerações dos Direitos Fundamentais.....	796
22.6 Visão Crítica dos Direitos Fundamentais.....	798
22.7 Caracteres dos Direitos Fundamentais	799
22.8 A Teoria dos Limites Imanentes dos Direitos Fundamentais.....	800
22.9 Concorrência de Direitos Fundamentais	802
22.10 A Materialidade dos Direitos Fundamentais.....	802
22.11 A Eficácia Externa ou Horizontal dos Direitos Fundamentais.....	805
23 Direitos Individuais	809
23.1 Uma Questão Inicial: os Destinatários dos Direitos Individuais	809
23.2 Direito à Vida	810
23.2.1 Pena de morte e plebiscito.....	811
23.2.2 Direito à vida e aborto.....	813
23.2.3 Direito à vida e eutanásia.....	814
23.2.4 Direito à vida e pesquisas com células-tronco.....	817

23.3 O Princípio da Isonomia	817
23.3.1 Discriminação legítima e ilegítima	819
23.3.2 Igualdade entre homens e mulheres.....	820
23.3.3 O princípio da igualdade e as ações afirmativas.....	821
23.3.3.1 Ações afirmativas: questões conceituais	821
23.3.3.2 Ações afirmativas nos Estados Unidos.....	821
23.3.3.2.1 O direito à adaptação razoável (<i>duty of reasonable accommodation</i>), ações afirmativas e relações de trabalho.....	823
23.3.3.3 Ações afirmativas no Brasil. Sistema de quotas nas universidades públicas. Constitucionalidade.....	824
23.3.3.4 Ações afirmativas e Quotas Raciais em Concursos Públicos. A jurisprudência do STF.....	827
23.4 O Princípio da Legalidade.....	827
23.5 O Art. 5º, III, a Tortura e o Tratamento Desumano ou Degradante.....	830
23.6 O Direito de Reunião	833
23.6.1 Pluralidade de participantes.....	833
23.6.2 Duração limitada e caráter episódico	834
23.6.3 Propósito certo	834
23.6.4 Locais Abertos ao Público	835
23.6.5 Direito de reunião e dispensa de autorização do Poder Público.....	835
23.6.6 Direito de reunião e intervenção de autoridade policial	836
23.6.7 Possibilidade de suspensão do direito individual de reunião	836
23.6.8 Direito de reunião. Concorrência e colisão de direitos fundamentais.....	836
23.6.9 Direito de Reunião e Proibição Quanto ao Uso de Máscara.....	837

23.6.10 Direito de Reunião e Direito Fundamental à Mobilidade Urbana	838
23.7 O Direito de Associação	839
23.7.1 Direito de associação civil	840
23.7.2 Direito de associação profissional ou sindical.....	840
23.7.3 Direito de associação política	841
23.8 O Direito do Autor	841
23.9 O Tribunal do Júri.....	842
23.10 Direito de Liberdade. O Princípio da Liberdade-Matriz.....	846
23.10.1 Liberdade de manifestação do pensamento.....	847
23.10.2 Liberdade religiosa.....	852
23.10.2.1 As Constituições brasileiras e a proteção à liberdade religiosa	855
23.10.2.2 A proteção à liberdade religiosa na Constituição de 1988.....	857
23.10.2.2.1 Visão crítica da liberdade religiosa na Constituição de 1988	860
23.10.2.3 Questões controvertidas sobre a liberdade religiosa	862
23.10.2.3.1 A inclusão do nome de Deus no Preâmbulo do Texto Constitucional afasta a posição laica do Estado brasileiro?	862
23.10.2.3.2 A expressão “Deus seja louvado” em notas de real hipótese de proselitismo religioso do Estado brasileiro?	864
23.10.2.3.3 A polêmica sobre o dia da semana para a realização de concurso público.....	865
23.10.2.3.4 O sacrifício de animais nas liturgias do Candomblé e da Umbanda – exame à luz da Constituição e da legislação ordinária	867
23.10.2.3.5 A transfusão de sangue e a opção religiosa	869
23.10.3 Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação	871

23.10.4 Liberdade de ação profissional	872
23.10.5 Liberdade de informação	874
23.10.5.1 Amplitude do direito de informação: direito de informar, informar-se e ser informado.....	875
23.10.5.2 Direito de informação e os direitos individuais à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas	876
23.11 Os Direitos Individuais à Intimidade e à Vida Privada	876
23.11.1 Direito à intimidade e liberdade de informação após a EC n. 45/2004.....	883
23.12 Direito à Honra	885
23.13 A Imagem (Direito de Imagem e Direito à Imagem).....	885
23.13.1 Distinção entre imagem-atributo e honra	890
23.13.2 Direito de imagem e direito de arena	891
23.13.3 Direito de(à) imagem dos acusados.....	892
23.14 Inviolabilidade do Domicílio	894
23.15 Inviolabilidade das Comunicações	903
23.16 Direito Fundamental à Autodeterminação Informativa.....	909
23.17 Direito de Propriedade.....	911
23.18 O Princípio da Retroatividade Relativa da Lei	912
23.19 O Princípio do Devido Processo Legal.....	915
23.19.1 O princípio do contraditório e da ampla defesa.....	917
23.19.2 O princípio da proibição da prova ilícita	921
23.19.3 O princípio da inocência	924
23.19.4 O princípio da publicidade dos atos processuais	927
23.19.5 O devido processo legal e o processo penal.....	928
23.19.5.1 Prisão e devido processo legal	929
23.19.5.2 Direito ao silêncio e devido processo legal.....	931
23.19.6 Os princípios do juiz e do promotor natural.....	933
23.19.7 O art. 5º, LXXVIII, e a razoável duração do processo	935

23.20	Garantias Constitucionais Penais	939
23.21	O Direito de Petição e o Direito a Certidões	942
23.22	O Princípio do Direito de Ação.....	944
24	Direitos Sociais Trabalhistas	949
24.1	Conceito e Classificação dos Direitos Sociais	949
24.1.1	Conceito dos direitos sociais.....	949
24.1.2	Classificação dos direitos sociais.....	949
24.2	Os Direitos Sociais Trabalhistas na Constituição de 1988.....	950
24.2.1	O princípio de proteção ao hipossuficiente e sua inserção na Constituição de 1988.....	950
24.2.1.1	Aplicação da regra In Dubio Pro Operario.....	951
24.2.1.2	Aplicação da norma mais favorável	952
24.2.1.3	Aplicação da condição mais benéfica	952
24.2.2	A proteção à relação de emprego.....	952
24.2.2.1	Exame da constitucionalidade do art. 118 da Lei n. 8.213/91.....	953
24.2.3	O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....	955
24.2.4	O salário mínimo.....	956
24.2.4.1	Proibição de vinculação ao salário mínimo	957
24.2.4.2	Redução de salário e redução de jornada.....	958
24.2.4.3	Salário mínimo e as Súmulas do STF.....	960
24.2.5	Piso salarial	961
24.2.6	O princípio da autonomia privada negocial coletiva.....	961
24.2.7	Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos	963
24.2.8	As férias	964
24.2.9	Licença e estabilidade à gestante.....	965
24.2.10	Licença-paternidade	967
24.2.11	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço	968
24.2.12	Redução dos riscos inerentes ao trabalho.....	968

24.2.13 A prescrição dos direitos trabalhistas.....	969
24.2.14 O princípio constitucional da não discriminação e as relações de trabalho.....	970
24.2.15 A proibição ao trabalho da criança e do adolescente.....	973
24.2.16 A proteção em face da automação	974
24.2.17 Os direitos dos trabalhadores domésticos.....	975
24.2.18 Os direitos sociais trabalhistas coletivos e o art. 8º da Constituição	975
24.2.19 O art. 9º da Constituição e o direito de greve.....	982
24.2.20 A participação dos trabalhadores e empregadores em órgãos públicos e nos cargos de representação na empresa.....	985
25 Direitos da Nacionalidade	987
25.1 Nacionalidade: Conceito e Natureza Jurídica.....	987
25.2 Distinção entre Povo, Nação e População.....	988
25.3 Nacional e Cidadão	988
25.4 Classificação	989
25.4.1 Nacionalidade originária ou primária	989
25.4.2 Nacionalidade secundária ou adquirida.....	990
25.5 Conflitos Negativos e Positivos de Nacionalidade.....	990
25.6 Nacionalidade Originária na Constituição de 1988	991
25.6.1 A nacionalidade potestativa.....	992
25.7 Nacionalidade Adquirida na Constituição de 1988.....	994
25.8 Cargos Privativos de Brasileiros Natos.....	996
25.9 Distinção entre Brasileiros Natos e Naturalizados	996
25.10 Perda da Nacionalidade Brasileira.....	997
25.11 Direitos da Nacionalidade, Extradicação, Expulsão, Deportação, Entrega e Banimento. Pressupostos à Concessão de Extradicação.....	998
25.12 Direitos da Nacionalidade, Extradicação e a Jurisprudência do STF.....	1000

25.13 A Língua Portuguesa e os Símbolos Nacionais	1002
26 Direitos Políticos e Partidos Políticos.....	1003
26.1 Conceito de Direitos Políticos. O Art. 14 da Constituição. O Sufrágio Universal.....	1003
26.1.1 Distinção entre sufrágio, voto e escrutínio.....	1004
26.2 Instrumentos de Democracia Participativa.....	1004
26.3 Capacidade Eleitoral Ativa.....	1006
26.4 Capacidade Eleitoral Passiva.....	1007
26.4.1 Elegibilidade dos militares.....	1013
26.4.2 O § 9º do art. 14 da CF e o registro de candidato “ficha suja”	1014
26.5 Perda ou Suspensão dos Direitos Políticos	1021
26.6 Anualidade da Lei Eleitoral	1023
26.7 Partidos Políticos. Conceito. Natureza Jurídica.....	1023
26.7.1 Princípios constitucionais dos partidos políticos	1024
26.7.2 Fidelidade e disciplina partidárias.....	1025
26.7.3 Direito de antena	1029
26.8 A Questão das Candidaturas Avulsas	1030
27 Instrumentos de Garantia de Direitos	1033
27.1 Nota Explicativa ao Capítulo.....	1033
27.2 O <i>Habeas Corpus</i>	1033
27.2.1 A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	1034
27.2.2 Espécies de <i>habeas corpus</i> : preventivo e repressivo.....	1034
27.2.3 <i>Habeas corpus</i> , liberdade de locomoção e liberdade de circulação	1035
27.2.4 Legitimidade ampla para impetração de <i>habeas corpus</i>	1035
27.2.5 Forma de impetração. Petição inicial de <i>habeas corpus</i> apócrifa.....	1035
27.2.6 Agente coator no <i>habeas corpus</i> . O particular	1037
27.2.7 Não cabimento do <i>habeas corpus</i>	1037

27.2.8 Suspensão do <i>habeas corpus</i>	1039
27.3 O Mandado de Segurança	1039
27.3.1 Natureza jurídica da ação constitucional.....	1040
27.3.2 A expressão “direito líquido e certo”	1040
27.3.3 Não cabimento para tutela à liberdade de ir e vir e autodeterminação informática	1041
27.3.4 Espécies de mandado de segurança.....	1041
27.3.5 Agente coator em sede de mandado de segurança. Particular e competência delegada	1042
27.3.6 Mandado de segurança e o art. 5º da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009	1043
27.3.7 Prazo para impetração. Constitucionalidade.....	1044
27.3.9 Competência para julgamento.....	1045
27.3.10 O mandado de segurança coletivo	1045
27.3.10.1 Legitimidade para o writ coletivo	1046
27.3.10.2 Objeto do mandado de segurança coletivo	1046
27.3.10.3 Mandado de segurança coletivo e dispensa de prévia autorização dos associados	1047
27.4 O Mandado de Injunção	1048
27.4.1 O mandado de injunção no direito estrangeiro.....	1048
27.4.2 Legitimidade para impetração de mandado de injunção	1049
27.4.3 Objeto do mandado de injunção.....	1050
27.4.4 Definição de “norma regulamentadora”	1050
27.4.5 Efeitos do mandado de injunção.....	1052
27.4.6 Procedimento no mandado de injunção.....	1054
27.5 O <i>Habeas Data</i>	1055
27.5.1 Objeto da impetração.....	1056
27.5.2 Legitimidade ativa restrita. Exceção.....	1056
27.5.3 Legitimidade passiva.....	1056
27.5.4 A prova da recusa das informações. Constitucionalidade	1057

27.5.5 Cabimento de <i>habeas data</i> na Justiça do Trabalho	1058
27.6 A Ação Popular	1059
27.6.1 Origem da ação popular	1059
27.6.2 Alargamento do objeto da ação popular	1059
27.6.3 A legitimidade do cidadão (legitimidade cívica)	1060
27.6.4 Menor de dezoito anos pode propor ação popular?	1061
27.6.5 A ação popular pode servir para obrigar o Poder Público à emissão de norma destinada a proteger o erário?	1062
27.6.6 Ação popular e mau uso pelo cidadão.....	1062
27.6.7 Ação popular e reexame necessário.....	1062
27.7 A Ação Civil Pública.....	1063
27.7.1 Ação civil pública e dispensa de inquérito civil público	1064
27.7.2 Objeto da ação civil pública	1065
27.7.3 Legitimidade concorrente na ação civil pública.....	1065
27.7.4 Ministério Público e defesa de interesses individuais homogêneos. A jurisprudência do STF	1065
27.7.4.1 O Ministério Público do Trabalho e a defesa dos interesses individuais homogêneos trabalhistas.....	1066
27.7.5 Sindicatos e defesa dos interesses difusos	1067
27.7.6 Ação civil pública e a limitação territorial dos efeitos da sentença ditada pelo art. 16 da Lei n. 7.347/85	1068
27.7.7 Ação civil pública e controle de constitucionalidade.....	1070
28 Ordem Econômica e Financeira	1073
28.1 Direito Constitucional Econômico. Breve Histórico.....	1073
28.1.1 Ambiguidade da expressão “ordem econômica”. Conceito de ordem econômica. Fundamento. Objetivos da ordem econômica	1073
28.2 Princípios Gerais da Atividade Econômica. Modelos de Ordem Econômica. A Opção Constituinte.....	1075
28.2.1 Propriedade privada	1076
28.2.2 Função social.....	1077

28.2.3 Livre concorrência	1077
28.2.4 Defesa do consumidor.....	1078
28.2.5 Defesa do meio ambiente.....	1079
28.2.6 Busca do pleno emprego	1079
28.2.7 Tratamento favorecido ao pequeno empresário (conceito de empresa brasileira)	1080
28.2.8 O princípio da liberdade de iniciativa econômica	1081
28.3 A Intervenção do Estado no Domínio Econômico na Constituição de 1988. A Intervenção Direta e Indireta. O Planejamento Econômico.....	1082
28.3.1 A intervenção direta	1083
28.3.1.1 Traços distintivos entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista	1085
28.3.1.2 Intervenção direta e o princípio isonômico	1085
28.3.2 A intervenção indireta	1087
28.3.2.1 Modalidades de intervenção indireta. A fiscalização, o incentivo e o planejamento	1087
28.4 Livre Concorrência e o § 4º do Art. 173	1092
28.5 Monopólio da União	1094
28.6 Política Urbana	1095
28.6.1 O plano diretor	1096
28.6.2 Função social da propriedade urbana. Sanções ao descumprimento	1098
28.6.2.1 Distinção entre interesse social, necessidade pública e utilidade pública	1099
28.6.3 Usucapião pró-moradia	1100
28.7 Política Agrária, Fundiária e Reforma Agrária.....	1101
28.7.1 Usucapião pro-labore	1103
28.8 Insusceptibilidade da Usucapião de Imóveis Públicos Urbanos e Rurais.....	1103

28.9 Propriedade Rural e Urbana e Exploração de Trabalho Escravo	1104
28.10 O Sistema Financeiro Nacional	1105
29 Ordem Social	1107
29.1 Introdução.....	1107
29.2 A Seguridade Social.....	1108
29.2.1 O direito à saúde.....	1111
29.2.2 A previdência social.....	1119
29.2.2.1 Aposentadoria de servidores públicos.....	1120
29.2.2.1.1 Aposentadoria especial de servidor público.....	1122
29.2.2.2 Aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada	1123
29.2.2.3 O princípio da inclusão previdenciária.....	1124
29.2.3 A assistência social.....	1125
29.3 Educação, Cultura e Desporto.....	1126
29.4 Ciência e Tecnologia.....	1137
29.5 Comunicação Social.....	1138
29.6 Meio Ambiente. Conceito. A Proteção no Sistema Constitucional.....	1142
29.6.1 Classificação do meio ambiente	1146
29.6.1.1 Meio ambiente natural	1146
29.6.1.1.1 Proteção à fauna e manifestações culturais	1147
29.6.1.2 Meio ambiente artificial.....	1149
29.6.1.3 Meio ambiente cultural.....	1149
29.6.1.4 Meio ambiente do trabalho	1149
29.6.2 Princípios constitucionais ambientais	1150
29.6.2.1 Princípio da responsabilidade.....	1150
29.6.2.2 Princípio da precaução	1150
29.6.2.3 Princípio do poluidor-pagador	1150
29.6.2.4 Princípio da proteção ambiental	1150
29.6.2.5 Princípio da equidade intergeracional	1151

29.6.2.6 Princípio da cooperação	1151
29.6.3 Socioambientalismo e a Constituição de 1988.....	1151
29.6.4 Transgenismo e meio ambiente.....	1152
29.7 A Família na Constituição de 1988. A Criança, o Adolescente, o Jovem e o Idoso	1152
29.7.1 O § 6º do art. 226 e a disciplina constitucional do divórcio	1159
29.8 Os Índios.....	1159
Referências	1163
Índice Remissivo	1193
Índice Numérico-Remissivo de Emendas Constitucionais (ECs) e de Emendas Constitucionais de Revisão (ECRs)	1223
Emendas Constitucionais (ECs)	1223
Emendas Constitucionais de Revisão (ECRs).....	1231
Súmulas Vinculantes	1233